

POLÍTICAS NEOLIBERAIS, DESEQUILÍBRIO MACROECONÔMICO E GOVERNABILIDADE: OS CASOS DO BRASIL E ARGENTINA¹.

José Matias Pereira

Universidad de Brasília, Brasil

matias@unb.br

¹ O estudo é um desdobramento da tese de doutorado do autor em Ciência Política, pela Faculdade Ciências Políticas e Sociologia da Universidade Complutense de Madri. A citada tese foi publicada no Brasil sob o título “*Economia Brasileira: Governabilidade e políticas de austeridade, dimensões macroeconômicas e desigualdades socioeconômicas*”, Editora Atlas, São Paulo, 2003.

1. Introdução

As grandes crises econômicas, que atingiram o mundo, foram transformações políticas de grande magnitude. O liberalismo nasceu com a crise do sistema mercantilista colonial. O socialismo surgiu na esteira das crises do capitalismo industrial. A crise econômica e política atual estão ocorrendo no bojo de ciclo longo de mudanças da economia industrial para uma economia baseada na informação. A adaptação do mundo a essa nova transformação política – através da criação de uma nova ordem mundial (Held, 1998) -, passa pela solução das questões sociais existentes nos países em desenvolvimento.

As características simétricas das crises política, econômica e social instalada nos países da América Latina, como por exemplo, as ocorridas no Paraguai (1999), Peru (2000), Argentina (2001) e Venezuela (2002), com interrupção dos mandatos constitucionais - em todos os casos a crise foi precipitada por mobilizações e até violência-, evidenciam que, apesar de continuar havendo democracia nesses países, as instituições continuam frágeis. Isso demonstra que ainda existe um preocupante fosso entre o avanço na democratização e a consolidação institucional.

O crescimento econômico inadequado, a crise fiscal, o aumento do desemprego e da violência, vem aumentando o descontentamento das populações nesses países, especialmente dos segmentos mais afetados pela crise, como as classes média e pobre. Esse cenário sócio-econômico desfavorável contribuiu para reduzir sensivelmente a credibilidade das instituições e dos dirigentes políticos nesses países, e de forma mais acentuada na Argentina.

Levando-se em consideração os conflitos e as desigualdades da sociedade mundial, especulamos que os países latino-americanos ainda estão muito distantes de atingir esses objetivos. Com vista restringir o âmbito desse estudo – que é explicativo quanto aos fins, e bibliográfico quanto aos meios -, nos propomos a examinar as raízes das crises instaladas em dois importantes países da região: Argentina e Brasil. Não temos a pretensão de exaurir nesta análise a situação sócio-econômica e política da Argentina e do Brasil, mas sim, identificar as simetrias nas crises vividas pelos referidos países, em decorrência de implementação de políticas econômicas equivocadas.

1.1 - Pergunta motivadora, objetivos e referenciais teórico do trabalho

Por entender que existe um vazio de idéias para enfrentar as dificuldades política e econômica na América Latina, formulamos a seguintes pergunta:

Qual a relação que existe entre o modelo econômico implementado no Brasil e na Argentina - baseado em políticas de cunho neoliberal -, o desequilíbrio macroeconômico e as crises políticas e sociais instalada nos mesmos?

A partir desta indagação, temos como objetivo final neste artigo apresentar a consolidação de reflexões sobre as perspectivas sócio-econômicas e políticas no Brasil e

Argentina,. Quanto aos objetivos intermediários, nos propomos a levantar as principais explicações a partir das seguintes perguntas:

. Existem evidências de ineficácia dos sistemas políticos do Brasil e Argentina, que nos permita sustentar que ambos os países estão expostos ao risco de enfrentar uma crise de governabilidadeⁱ?

. A demora deliberada, por parte dos dirigentes dos países mais ricos (G-7) e das instituições multilaterais – FMI, Banco Mundial, OMC -, para apoiar o processo de retomada do crescimento econômico da Argentina, evidencia que o mundo não possui nenhum projeto de desenvolvimento social e econômico alternativo para substituir o neoliberalismo?

Supomos neste trabalho que houve, no curso do processo que conduziu o Brasil e, em especial, a Argentina, para a atual crise política, econômica e social, insensibilidade dos principais atores públicos e privados - internos e externos -, na gestão dos problemas sócio-econômicos dos referidos países. O aprofundamento da crise nessas economias motivava esses atores a aumentar a pressão sobre os governos centrais, exigindo mais sacrifícios, como cortes nas despesas e aumento de impostos.

Argumentamos que, o colapso da economia Argentina e a crescente fragilidade macroeconômica do Brasil - apesar dos sacrifícios impostos à sociedade, através dos planos econômicos formulados pelos governos centrais, nos últimos anos, para retomar o crescimento e reconquistar a credibilidade do mercado -, está estreitamente relacionado com a adesão desses países às políticas econômicas inflexíveis. Essas políticas econômicas, que combinavam política fiscal, dívida e regime cambial, mostraram-se insustentáveis desde o final dos anos noventa. Evidencia-se, nesse cenário descrito, a conexão entre a crise Argentina e do Brasil e as políticas de austeridade, baseada no ajuste estrutural e de estabilização da economia recomendadas pelo Fundo Monetário Internacional. Assim, a partir desses fatos, argumentamos neste artigo que o colapso da Argentina e as dificuldades sócio-econômicas vividas pelo Brasil tornou explícito o esgotamento das políticas de corte neoliberal na América Latina. É sobre essa conexão – que envolve política e economia -, que trataremos neste artigo.

Supomos, ainda, que a recuperação adequada da atividade econômica nos países objetos do estudo não será alcançada apenas com medidas de redução dos gastos públicos, controle da inflação e esforços para reconquistar a confiança do mercado financeiro. Para alcançar esse propósito, pretendemos analisar os custos sócio-econômicos e políticos decorrentes da crise econômica instalada na Argentina e no Brasilⁱⁱ. Argumentamos, no caso específico da Argentina, que a crise não será resolvida em médio prazo sem a ajuda da comunidade internacional.

O referencial teórico utilizado neste trabalho está apoiado em diferentes autores, como por exemplo, Almond (1998), Held (1995), Chossudovsky (1997), Dahl (1998), Diniz (2000), Easton (1969), Fiori (1995, 2001), Lipset (1987), Przeworski (2001), North (1981), Solow (1988), Stiglitz (1988, 2002b, 2003), e nos relatórios mais recentes divulgados pelo Banco

Mundial, o Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comércio, IPEA, STN, IBGE e Banco Central do Brasil.

Além dos autores e instituições mencionados, nos apoiamos especialmente nos trabalhos de Amartya Sen (2000) e Celso Furtado (1999, 2002), que argumentam que o mundo deve ser um espaço que privilegie o social e não o econômico, que a economia deve estar a serviço das pessoas e não as pessoas a serviço da economia. Para esses autores a globalização deve ser mais ampla, dos direitos humanos (moradia, saúde, educação, alimentação, segurança e trabalho para todos), e não apenas a atual que se restringe às mercadorias e aos fluxos financeiros. O desenvolvimento deve ser sustentável para que os atuais modelos de produção e consumo não levem a humanidade ao desastre ambiental, que a paz mundial seja alcançada pela eliminação da pobreza e das desigualdades sociais, e que a democracia prevaleça em todos os países e organismos internacionais. Defendem que a cultura contemple a diversidade e a riqueza de todas as sociedades e que a tolerância acabe com a discriminação e a opressão e o diálogo substitua a violência.

Formulada a pergunta motivadora, os objetivos e o referencial teórico do artigo, passamos a analisar - a partir dos macros indicadores sócio-econômicos daqueles países -, a relação que existe entre as distintas variáveis que nos propomos a estudar.

2 - O fim do ciclo virtuoso de desenvolvimento econômico e social na América Latina

O retrocesso econômico, político e social que atingiu os países da América Latina, após o fim do ciclo virtuoso de desenvolvimento econômico e social - de 1930 a 1970-, pode ser observado nos preocupantes indicadores sócio-econômicos da região (CEPAL, 2001). A moratória da dívida externa mexicana, no começo dos anos oitenta, deflagrou o processo de transferência líquida de recursos financeiros internos dos países em desenvolvimento para os países desenvolvidos (Wionczek, 1987). A partir da crise da dívida externa tem início no continente o período de ajuste exportador, no qual o Fundo Monetário Internacional (FMI) passou a recomendar a contenção da demanda interna e o estímulo às exportações. Os países da região, nessa década, tiveram taxas medíocres de crescimento econômico, agravado pelo descontrole da inflação, razão pela qual foi denominada pelos economistas de “década perdida”. No final dos anos oitenta, o cenário econômico e financeiro no mundo começou a mudar, em virtude do aumento na liquidez de recurso externo. Isso forçou os organismos multilaterais, como o FMI e o BIRD, sob o comando do Tesouro dos EUA, a orientar as suas políticas para o combate da inflação nos países da região (Matias Pereira, 2003b). Na base dos ajustes recomendados pelo sistema financeiro internacional, especialmente para os países em desenvolvimento, estavam as políticas resultantes do “Consenso de Washington”, elaborado no final de 1989. A partir das regras estabelecidas pelo citado “*Consenso*” a grande maioria dos países latino-americanos começam a adotar os programas de ajuste estrutural e de estabilização recomendados pelo FMI.

Verifica-se que, as reformas de corte neoliberal implementada durante os anos noventa tiveram como principal objetivo à integração dos países latino-americanos à economia mundial. Para uma grande parte dos economistas da região, como Pochmann (2001), a estabilidade monetária assumiu grande relevância, pois, sem a presença da função

moeda como unidade de conta, as grandes empresas transnacionais não teriam como avaliar o desempenho econômico, a rentabilidade e os custos de produção. Assim, vários países que conviviam com alta inflação adotaram programas de estabilização ancorados na moeda norte-americana, permitindo que o mercado interno internacionalizasse custos e preços. Ao mesmo tempo, o combate à inflação exigiu a abertura comercial e financeira.

Prasad e Rogoff (FMI, 2003), no estudo “Efeitos da globalização financeira sobre países em desenvolvimento: Alguns indícios empíricos”, observam que uma das principais mensagens do trabalho é consistente com o mantra tradicional do FMI: o de que uma política macroeconômica sólida é importante para a obtenção de crescimento robusto e sustentável. Sustentam, entretanto, que uma maior atenção às instituições internas e aos mercados financeiros é igualmente necessária. Para aqueles autores a globalização financeira, cedo ou tarde, expõe fraquezas nessas áreas: países com regimes de âncora cambial, políticas macroeconômicas internas pouco firmes e mercados financeiros mal fiscalizados têm maior chance de sofrer crises dispendiosas, quando expõem aos fluxos internacionais de capitais. Os países em desenvolvimento financeiramente integrados, concluem, foram submetidos, de certa forma, a instabilidades maiores do que os demais em desenvolvimento. O Banco Mundial, por sua vez, vem alertando que, para acelerar o progresso do desenvolvimento humano, crescimento econômico é necessário, mas não é suficiente (World Bank, *World development report*, 2003).

Observado os ciclos de crescimento das principais economias dos países do continente latino-americano, como a Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Venezuela, percebe-se que essas economias, ao longo da década de noventa, tiveram um ritmo inconstante nos seus níveis de crescimento (CEPAL, 2001). Essas oscilações refletem a inconsistência do modelo neoliberal, cuja principal determinante é o fluxo de capital externo, permanente e crescente. As crises políticas e econômicas que se abateu na maioria dos países da região nesse período inviabilizou essa premissa básica de sustentação do modelo. Essa política econômica - denominada “fundamentalismo de mercado” -, que foi recomendada pelo FMI em tempos de crise econômica, têm sido apontada pelos seus críticos, como a responsável por causar muito mais sofrimento humano do que resolvidos os problemas econômicos (Stiglitz, 2002). Para os defensores do neoliberalismo, como por exemplo, Williamson (2002), o fracasso das políticas neoliberais na América Latina está relacionada à aplicação errados dos princípios e à corrupção dos governos.

A perda de posição do Brasil no cenário mundial pode ser percebida pela acelerada queda do país no ranking das principais economias no mundo nos últimos anos. O Brasil passou da oitava posição em 1998 (PIB de US\$ 788 bilhões) para a décima quinta posição em 2003 (PIB estimado em US\$ 467 bilhões), revelando o crescente nível de empobrecimento da sociedade brasileira. O PIB do Brasil, que representava 3,3% do PIB mundial em 1998, despencou para 1,7% em 2002. Veja a tabela 1.

| Tabela 01 | |
|--|-------------------------------|
| Ranking das Principais Economias do Mundo em 2003 (*) | |
| País | PIB (em US\$ trilhões) |

| | |
|-------------------|--------|
| 1° EUA | 10,902 |
| 2° Japão | 4.351 |
| 3° Alemanha | 2.394 |
| 4° Reino Unido | 1.764 |
| 5° França | 1.742 |
| 6° Itália | 1.453 |
| 7° China | 1.346 |
| 8° Canadá | 0,825 |
| 9° Espanha | 0,802 |
| 10° México | 0,587 |
| 11° Coreia do Sul | 0,520 |
| 12° Holanda | 0,514 |
| 13° Austrália | 0,513 |
| 14° Índia | 0,519 |
| 15° Brasil | 0,467 |

Fontes: OCDE, 2003; e Global Invest, 2003. (*) Dados estimados.

Ao contrário do que apregoava os teóricos do neoliberalismo, observa-se que, o resultado da adoção desse modelo na América Latina foi o responsável pela desestruturação das cadeias produtivas, das falências e das desnacionalizações. Como consequência, houve um aprofundamento no processo de deterioração social na região, refletidos nos níveis de desemprego, nas relações de trabalho, na queda do valor dos salários, no aumento das desigualdades e pobreza e na violência. Entre os países da região que foram afetados pela adoção de políticas econômicas de corte neoliberal, destacam-se os casos do Brasil e de maneira mais grave a Argentina, primeiro país a percorrer integralmente a trajetória de um ciclo perverso, que conduziu aquele país ao colapso.

Feitas essas considerações iniciais, nos propomos a analisar, a seguir, o colapso e as perspectivas político-econômicas da Argentina.

3 – O colapso da economia Argentina e as perspectivas político-econômicas

O falso círculo virtuoso da economia Argentina. Antes de avançar na análise da crise instalada na Argentina torna-se oportuno fazer um retrospecto da economia daquele país nos últimos dez anos. A deflagração dos problemas políticos e econômicos que conduziu o país para a crise atual começaram com o lançamento do 13° plano econômico do governo Carlos Menem, em 1991. O plano tinha como propósito explícito combater a hiperinflação no país, que havia alcançado 3.079,4% em 1989. A base do plano - denominado “plano de conversibilidade” -, estava na vinculação do valor da moeda local – peso argentino - ao dólar norte-americano, ou seja, a economia Argentina adotou o sistema de câmbio fixo, com paridade de um peso valendo um dólar.

A introdução do sistema monetário argentino do *currency board*, em 1991, foi uma medida de política econômica que visou, em última instância, tranquilizar os investidores internacionais. O sistema de paridade, de um lado, conseguiu evitar a inflação futura, mas de outro lado, reduziu drasticamente o espaço para a condução da política monetária. Assim, a armadilha – *trampa* - que conduziu a Argentina para o colapso teve início com a

adoção da política de conversibilidade, que vinculava o peso ao dólar a uma paridade fixa e permitia o controle da base monetária. O sucesso dessa política econômica, que na sua primeira fase permitiu uma expansão vigorosa da economia do país, teve como mola impulsora um forte influxo de investimentos externos, no início da década de 90. Esses investimentos foram, em parte, responsáveis pela política que derrotou a hiperinflação, que havia colocado o país à beira da ingovernabilidade, no final dos anos 80. As condições favoráveis no cenário internacionais, por sua vez, permitiram ao governo central argentino continuar gastando mais do que arrecadava, financiando seu déficit no mercado financeiro. Isto levou o país a contrair uma enorme dívida pública, que em sua maior parte está concentrada em bônusⁱⁱⁱ.

Essa política, que recebeu o aval (*ownership*) do Fundo Monetário Internacional – o que dava a Argentina o direito de definir suas próprias políticas econômicas e submetê-las à diretoria da instituição apenas como deferência -, mostrou-se no decorrer do tempo, inconsistente e prejudicial ao país. A sucessão de erros, para muitos economistas e cientistas sociais, como Calomiris (2001), que levou a Argentina para a crise atual, deve ser atribuído internamente ao ex-ministro da economia Argentina Domingo Cavallo, e no plano externo, aos ex-dirigentes do Tesouro dos EUA e do FMI: Larry Summers, Stanley Fischer e Michael Mussa.

A análise dos indicadores da economia Argentina, no período de 1991 a 2001, mostra que o câmbio fixo foi a maior fonte de instabilidade da economia daquele país. Observa-se, por exemplo, com base nos indicadores do Ministério da Economia da Argentina, que houve um aumento acelerado das importações do país, que saltou de US\$ 4,0 bilhões em 1990, para US\$ 25,5 bilhões em 1999. Os problemas gerados com o plano de conversibilidade foram agravados pela valorização do dólar - em decorrência do longo período de prosperidade da economia dos EUA -, que contribuiu decisivamente para elevar a dívida pública Argentina de US\$ 54,6 bilhões em 1990 para US\$ 135,6 bilhões em 2001. Na fase inicial de implementação do plano (1991-1994), constata-se que o cenário externo foi favorável para a Argentina, visto que os juros estavam baixos nos EUA, e os investidores passaram a priorizar os seus investimentos nos países emergentes. Com a crise do México, em 1994, e a crise da Ásia, em 1997, o fluxo dos investimentos se reduziram fortemente para os países emergentes. A partir daí, a solução encontrada pelo governo argentino foi aumentar as exportações para o Brasil. Essa alternativa se tornou inviável com a desvalorização do Real, em janeiro de 1999.

Verifica-se, nesse contexto, que a economia da Argentina – que até 1994 foi apresentada ao mundo pelo FMI como o modelo a ser seguido por governos responsáveis e comprometidos com o social -, saiu de um falso círculo virtuoso, sustentado pela inconsistente política de conversibilidade, para entrar num círculo vicioso de desestabilização macroeconômica e de vulnerabilidade externa. Assim, na medida em que a dívida pública Argentina crescia rapidamente, o que tornava o seu custeio cada vez mais dispendioso, o país não conseguia obter superávit em sua balança comercial, e dessa forma gerar divisas para honrar seus compromissos externos. Esse cenário que vinha se agravando de maneira preocupante com o aumento excessivo, nos últimos anos, da carga da dívida pública, obrigava o governo da Argentina a tomar empréstimos a juros cada vez mais altos. Assim, quanto mais a economia Argentina se contraía, maior era a resistência do Tesouro

dos EUA e dos organismos multilaterais, especialmente o FMI, de apoiar a rolagem das obrigações a vencer do país.

A Argentina obteve cinco empréstimos do FMI no período de 1995 e 2003: abril de 1995, US\$ 2,4 bilhões (no contexto da prorrogação do acordo firmado com o Fundo em 1992); US\$ 2,8 bilhões em 1998; US\$ 39,7 bilhões em 2000 (dos quais US\$ 13,7 bilhões do próprio FMI; Bancos privados, US\$ 10,0 bilhões; Troca de título, US\$ 7,0 bilhões; Fundos de previdência privada, US\$ 3,0 bilhões; BID, US\$ 2,5 bilhões; BIRD, US\$ 2,5 bilhões; e, Governo da Espanha, US\$ 1,0 bilhão); US\$ 8,0 bilhões em agosto de 2001; e US\$ 13,3 bilhões em setembro de 2003. Veja as tabelas 2 e 3.

| Tabela 02 | | |
|--|------------|--------------------------------|
| Ajuda Coordenada pelo FMI para os Países em Crise 1995-2003 | | |
| País | Ano | Valor (em US\$ bilhões) |
| México | 1995 | 50,0 |
| Tailândia | 1997 | 17,2 |
| Indonésia | 1997 | 23,0 |
| Coréia do Sul | 1997 | 57,0 |
| Rússia | 1997 | 22,6 |
| Brasil | 1998 | 41,5 |
| Brasil | 2002 | 30,4 |
| Argentina | 1995 | 2,4 |
| Argentina | 1998 | 2,8 |
| Argentina | 2000. dez. | 39,7 |
| Argentina | 2001. ago. | 8,0 |
| Argentina (*) | 2003. set. | 21,9 |
| Argentina (**) | 2004. mar. | 3,15 |

Fonte: FMI, 2003.

(*) Os recursos alocados pelo FMI no acordo de 2003 foi de US\$ 13,3 bilhões. Prazo do acordo: três anos. Superávit primário em 2004: 3% do PIB. Os créditos são desembolsados com base na aprovação de cada revisão do acordo.

(**) Reembolso equivalente ao valor referente ao pagamento de parcela da dívida com o FMI.

| Tabela 03 | |
|--|--------------------------------|
| Participação dos Credores na Ajuda Coordenada pelo FMI para a Argentina em dezembro de 2000 | |
| Credor | Valor (em US\$ bilhões) |
| FMI (*) | 13,7 |
| Banco Mundial | 2,5 |

| | |
|--|------|
| BID | 2,5 |
| Bancos Privados | 10,0 |
| Fundos de Pensão | 3,0 |
| Governo da Espanha | 1,0 |
| Renegociação parte dívida com credores | 7,0 |
| Total | 39,7 |

Fonte: FMI, 2003. (*) Metas do acordo: déficit fiscal de US\$ 6,5 bilhões em 2001. Reforma da Previdência; desregulamentação das obras sociais; e crescimento econômico de 2,5% do PIB em 2001.

A adoção de políticas inflexíveis, em nível fiscal e cambial, conforme evidenciado, contribuiu decisivamente para a desestabilização macroeconômica e para aumentar a vulnerabilidade externa daquele país. A sucessão de erros dos atores públicos e privados, internos e externos, em especial, do Governo Central e do FMI, conduziu a Argentina ao colapso.

Após essas considerações, e com vista a fundamentar a análise do cenário da crise e as perspectivas política e econômica da Argentina, utilizaremos os macros indicadores socioeconômicos daquele país.

3.1 - Macros indicadores sócio-econômicos da Argentina

É perceptível – considerando os efeitos negativos, no plano internacional, da decretação da moratória da dívida pública do país, a economia mergulhada numa recessão há mais de quatro anos, e sem perspectivas de crescimento em 2002 -, que as possibilidades do governo Argentino de obter sucesso na sua política econômica, e assim reverter o cenário desfavorável em termos econômico, político e social naquele país é pequena. O propósito do governo de garantir a paz social na Argentina (Duhalde, 2002), para evitar o caos na economia e a convulsão social não foi alcançado satisfatoriamente. Veja os macros indicadores sócio-econômicos da Argentina, apresentados na tabela 4, a seguir.

| Tabela 04 | |
|--|----------------------------|
| Macros Indicadores Sócio-Econômicos da Argentina Período: 2001-2003 | |
| População: | 38,0 milhões de habitantes |
| População urbana: | 89,9% |
| Área: | 2.736.690 km ² |
| Alfabetização: | 96,5% |
| Posição no IDH (PNUD/ONU), 2003* | 34º lugar |
| Produto Interno Bruto (PIB), 2001 | 268,7 bilhões de pesos |
| Renda per capita, 2001 | 6.500 pesos/ano |
| Crescimento do PIB, 2001 | - 4,5% |
| Crescimento do PIB em 2002 | -10,93% |

| | |
|---|-------------------------------|
| Inflação em 2001 | - 1,5% |
| Inflação em 2002 | 41,0% |
| Taxa de Desemprego (PEA), 2002 | 22% (3,2 milhões de pessoas) |
| Trabalhadores Sub-ocupados (PEA) | 22% (3,05 milhões de pessoas) |
| Total da Dívida Pública (valor bruto): | US\$ 114,6 bilhões |
| Dívida Pública (incluindo as províncias) em 2002 | US\$ 135,6 bilhões |
| Dívida Pública (incluindo as províncias) em março de 2003 | US\$ 169,6 bilhões |
| Reservas Cambiais, 2001 | US\$ 20,1 bilhões |
| Reservas Cambiais, 2002 | US\$ 9,5 bilhões |
| Conta Corrente 2002 | US\$ 8,954 bilhões |
| Tipo Câmbio (Pesos/US\$), 2001 | 1.000 |
| Tipo Câmbio (Pesos/US\$), 2003 | 3.000 |

Fonte: Instituto de Estatística e Censos (Indec) e Ministério da Economia da Argentina, set. 2002.

(*) O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU mede o desenvolvimento do país com base na expectativa de vida, no nível educacional e na renda *per capita*. A Noruega ocupa a primeira posição e o Brasil a 65ª (IDH/Pnud, 2003).

A análise do Fundo Monetário Internacional sobre a situação econômica da Argentina, contida no relatório “*Perspectivas da economia mundial*” (FMI, 2003), indica que a produção Argentina retrocedeu por quatro anos consecutivos (1999 a 2002). Em 2001, por exemplo, a queda foi de -4,4% do PIB. Em 2002 a produção daquele país permaneceu em queda (-10,9% do PIB), e a inflação foi de 41%.

A crise econômica, por sua vez, contribuiu para aumentar as desigualdades na distribuição de renda daquele país desde 1994. Cerca de 57,5% da população da Argentina, em outubro de 2002, era considerada pobre, dos quais 27,5% eram indigentes. Esse percentual, conforme dados do Indec, divulgadas em julho de 2003, recuou para 54,7% em maio de 2003, sendo que 26,3% de indigentes. Isso significa que maio de 2003 aquele país tinha um total de 13 milhões de pessoas pobres, dos quais 6,25 milhões de pessoas eram consideradas indigentes. Em maio de 2003 havia na Argentina 4,8 milhões de pessoas desempregadas ou subempregadas.

Os indicadores do Instituto Nacional de Estatísticas e Censos (Indec), relativos a outubro de 2001, mostravam que os 10% da população da Argentina mais rica detinham 37,3% da renda total do país, enquanto que os 10% mais pobres ficavam com apenas 1,3%. Ou seja, o setor mais rico detinha uma receita 28,7 vezes maior do que a dos mais pobres. Após a apresentação desses indicadores, torna-se possível, analisar a seguir, as razões políticas e econômicas que conduziu a Argentina à moratória.

3.2 - Os fatores políticos e econômicos que conduziu a Argentina à moratória

A decretação da moratória da dívida pública (*default*) pelo governo central da Argentina, em dezembro de 2001, contribuiu significativamente para aumentar, no plano interno, o processo de enfraquecimento institucional; e em nível externo, provocou o isolamento do país na comunidade financeira internacional. O desenrolar dos fatos que

culminou com desfecho da moratória Argentina comprova que houve erros, exigências descabidas e omissões por parte um grande número atores públicos e privados, tanto a nível interno como externo. A decisão política dos dirigentes do FMI e do Tesouro dos EUA de não mais protelar os problemas da crise Argentina, - cuja economia estava em queda livre, o nível de desemprego aumentando, queda na arrecadação tributária e erosão na base política do país -, foi decisiva para provocar a renúncia do presidente De la Rúa e a decretação da moratória da dívida pública do país. A análise da trajetória da dívida pública da Argentina mostra que aquele país só vinha conseguindo rolar os seus débitos de vencimento de curto prazo, basicamente com a ajuda de recursos de instituições multilaterais, como o FMI e o Banco Mundial (FMI, 2003).

Argumenta Stiglitz (2002d:15), que *“essas grandes operações de salvamento permitiram que os países socorridos mantivessem, durante um breve período, um câmbio sobrevalorizado, que por seu turno permitiu que os ricos, nesses países, recuperassem seu dinheiro em condições mais favoráveis do que poderiam, de outra forma, ter conseguido. Essas operações de salvamento também permitiram que os bancos ocidentais que emprestaram dinheiro de modo imprudente recebessem seu dinheiro de volta. Enquanto isso, na medida em que taxas de câmbio sobrevalorizado deprimiram ainda mais a economia, ao país em questão restou arcar com o ônus de pagar de volta os bilhões de dólares em empréstimos do FMI”*.

A instabilidade nas principais economias no mundo – EUA, Japão e União Européia-, que já estava produzindo efeitos negativos nos países emergentes, foi agravada com o ataque terrorista aos EUA, em 11 de setembro de 2001, e pela guerra dos EUA contra o Iraque em março de 2003. É perceptível que, esses acontecimentos, incluindo o atentado terrorista de Madri, em 11 de março de 2004, estão contribuindo para aumentar as incertezas mundiais, colocando num um plano secundário, os problemas econômicos dos países em desenvolvimento.

Por sua vez, para os dirigentes do FMI (Nota do Diretor-Gerente, de 10.09.2003), os três elementos fundamentais do acordo são: (1) Um arranjo fiscal de médio prazo para obter crescimento, emprego e equidade social, procurando ao mesmo tempo normalizar as relações com os credores e assegurar a sustentabilidade das dívidas do país; (2) Uma estratégia para assegurar o fortalecimento do sistema bancário e facilitar o aumento dos empréstimos como forma de ajudar na recuperação econômica; (3) Reformas institucionais que facilitem a reestruturação de dívidas corporativas, que abordem a questão das empresas de serviços públicos e que ajudem a melhorar o clima para investimento.

Verifica-se, nesse contexto, em que pese os custos sócio-econômicos e políticos do colapso da economia Argentina, nenhuma alternativa consistente foi apresentada pela comunidade internacional para viabilizar o processo de retomada do desenvolvimento daquele país^{iv}. Pelo contrário, o que se tem verificado é um crescente cerco dos países integrantes do G-7, notadamente dos EUA, sobre o governo Argentino, especialmente após o anúncio de que aquele país pretende pagar apenas 25% do valor da dívida do país envolvidos no *default* (calculada em US\$ 88 bilhões).

3.3 - Perspectivas de recuperação da eficácia e da legitimidade do sistema político da Argentina

Incertezas nas áreas política, econômica e social. As incertezas nas áreas política, econômica e social sinalizam que o futuro do Estado argentino é preocupante. Néstor Kirchner, eleito para o período de 2003 a 2007 – e que chegou a presidência daquele país enfraquecido politicamente pela desistência da Menem de participar do segundo turno das eleições – vem buscando restaurar a credibilidade das instituições e dos dirigentes políticos junto à opinião pública. A possibilidade de êxito, entretanto, depende da forma como resolverá dois principais problemas do governo Argentino: (1) retirar o país do isolamento externo, a que está submetido pelas instituições multilaterais e pelo mercado financeiro internacional, após a decretação da moratória da dívida pública; (2), em nível interno, administrar politicamente a imensa pressão e a falta credibilidade da população nos dirigentes e nas instituições. É vital a negociação de um pacto político de união nacional - integrado pelos principais partidos políticos, governos das províncias e pela sociedade organizada Argentina -, capaz de criar a base de um novo contrato social.

Diante da dimensão e da complexidade desses problemas assinalados, evidencia-se que o governo central não poderá alterar significativamente a trajetória da crise instalada na Argentina sem o apoio internacional. Essa percepção também ficou evidenciada no discurso do presidente Kirchner na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 25 de setembro de 2003, no qual disse que os organismos como o FMI e o Banco Mundial, precisa assumirem a sua parcela de responsabilidade na crise e no aumento do endividamento de países como o à Argentina. Ao afirmar que não se faria vítima da crise, mas dividir a culpa com o Fundo, disse que, os organismos internacionais que contribuíram, apoiaram e favoreceram o crescimento dessa dívida ao impor políticas restritivas deveria assumir a sua parcela de responsabilidade. Para ele os organismos têm de mudar os seus paradigmas e ajudar a Argentina a manter níveis adequados de emprego e renda.

3.4 - Indicadores econômicos e sociais recentes da Argentina

A dívida pública da Argentina situava-se no primeiro semestre de 2004 no patamar de US\$ 169,615 bilhões, o que representa quase duas vezes o PIB (Produto Interno Bruto) daquele país, que foi de US\$ 91 bilhões em 2003. A Argentina, mesmo diante de uma situação econômica e social insustentável – que já havia pagado cerca de US\$ 6 bilhões às entidades financeiras internacionais em 2002-, também quitou, no começo de março de 2004, uma parcela de US\$ 3,15 bilhões da dívida com o FMI, para evitar que o país entrasse em moratória com a entidade. A moratória, deve-se registrar, colocaria a Argentina definitivamente fora do sistema financeiro internacional.

Os indicadores econômicos, por sua vez, mostram que a Argentina está saindo de forma lenta da crise econômica. O crescimento de 8,4% do PIB em 2003, depois de registrar uma retração de 10,9% do PIB em 2002. A grande dúvida dos economistas e analistas da economia daquele país é se esse crescimento será sustentado nos próximos anos. Esses dados reforçam no nosso entendimento que o modelo neoliberal imposto aos países latino-americanos, por meio de políticas de austeridade do FMI, esgotou-se. Assim, é preciso que a sociedade dos países atingidos – entre os quais o Brasil – comecem a exigir

mudanças nas políticas econômicas, que privilegiem menos o sistema financeiro internacional, se orientando para a retomada do desenvolvimento, para elevar o crescimento, o emprego e a renda, reduzindo assim desigualdades econômicas e sociais na região.

Os dados do primeiro trimestre de 2004 divulgados pelo Centro de Estudos para a Produção, vinculado à Secretaria da Indústria Argentino, indicam que mais da metade dos 36 milhões da população ainda vivem na pobreza e 16,3% da força de trabalho estão desocupados, enquanto mais de um milhão e meio de desempregados vivem dos planos de auxílio social de US\$ 50 por mês, um valor muito abaixo da cesta básica. A pequena queda registrada no nível do emprego nos últimos meses não refletiu na diminuição da pobreza, que não melhora devido à falta de recuperação dos salários - média de 551 pesos mensais (menos de US\$ 200) -. As remunerações aumentaram em média 25% nos dois últimos anos, enquanto os preços industriais no atacado subiram 97,9%.

Assim, apesar dos aparentes avanços obtidos pelo país junto ao FMI, traduzido nos entendimentos da última revisão do acordo vigente, no valor de US\$ 21,9 bilhões – sendo US\$ 13,3 bilhões do Fundo, e o restante do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento – e que irá vigorar até setembro de 2006, no qual foram aceitas as posições ainda é incerta a possibilidade do governo central argentino de conseguir o apoio externo adequado para retirar o país da crise em médio prazo.

A carência de crédito para financiar o crescimento econômico, bem como as incertezas políticas e o temor dos investidores estrangeiros de acumular mais perdas, são as variáveis que continuarão pairando nos próximos anos sobre a Argentina. Fica evidenciado, assim, que o governo Kirchner necessitará desenvolver esforços significativos para recuperar a eficácia e a legitimidade do sistema político, e de maneira especial, da credibilidade na área econômica daquele país.

4 – Desestabilização macroeconômica, ajuste fiscal e crise sócio-econômica e política do Brasil

A integração da economia brasileira ao processo de globalização competitiva e a conquista da estabilidade econômica foram os feitos econômicos mais importantes da primeira metade dos anos noventa no Brasil. Por sua vez, muitos economistas e cientistas sociais contrários ao neoliberalismo, como por exemplo, Fiori, Magalhães e Furtado argumentam que as políticas econômicas e sociais adotadas a partir do início da década de noventa – especialmente os governos Collor e Fernando Henrique Cardoso - para garantir estes dois feitos, produziram um preocupante desajuste macroeconômico e uma erosão nas bases da economia brasileira^v.

Assim, começamos a análise sobre a crise política e sócio-econômica do Brasil com o convencimento de que um dos problemas principais que surge na execução das políticas de ajuste estrutural e estabilização no Brasil é o de seus efeitos sobre a desestabilização macroeconômica.

4.1 – Impactos da abertura comercial e da desvalorização cambial de 1999

A abertura comercial e o câmbio valorizado no início do Plano Real (que reduziu fortemente a inflação), foram responsáveis por uma drástica deterioração nas contas externas do Brasil no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998). Os elevados superávits comerciais obtidos na década dos oitenta se transformaram em déficits significativos a partir de 1994. Essa transformação foi o resultado do rápido crescimento das importações, já que a expansão das exportações brasileiras não foi suficiente para compensar o aumento de suas compras externas. Entre 1994 e 1998 as importações cresceram 77% e as exportações somente 17%. No total, neste período as exportações cresceram uma média de 4,1% ao ano, ritmo muito inferior ao de expansão do comércio internacional (que foi de 7,6% ao ano). Isto mostra a falta de dinamismo das vendas externas brasileiras e a necessidade de melhorar a composição da pauta de exportações no que se refere a produtos e mercados.

Os sucessivos déficits no comércio internacional e o aumento do desequilíbrio na conta corrente no período 1994 a 1998 propiciou o surgimento de desconfianças por parte de inúmeros políticos, economistas e empresários que passaram a duvidar da adequação da política cambial adotada pelo governo brasileiro (administrada e fixa). A crise na economia mundial no final de 1998, em particular na Rússia, tornou insustentável a manutenção da política econômica na qual o Plano Real estava apoiado (IOE/FMI, 2003). A desvalorização do câmbio é adotada pelo governo brasileiro no contexto dessa instabilidade.

Está demonstrado em distintos estudos, como por exemplo, Matias Pereira (2001), que a adoção da livre flutuação cambial em janeiro de 1999 significou uma mudança radical da estratégia política na qual se baseava o Plano Real. Em efeito, o fim da utilização da âncora cambial para dar sustentação ao Plano Real, além de significar uma ruptura com a política econômica anterior, também determinou a necessidade de uma nova estratégia política de estabilização. Assim, a política macroeconômica passou a ser determinada pelo regime de “metas de inflação”.

A vulnerabilidade externa do Brasil. Evidencia-se, no plano externo, a partir das análises dos indicadores da economia brasileira nos últimos anos, que o país passou a depender cada vez mais de recursos externos, especialmente de empréstimos dos organismos multilaterais, em especial do FMI, para o fechamento de seu balanço de pagamentos (BCB, 2003). No período 1998 a 2002 o país tomou US\$ 47,0 bilhões emprestados do FMI. Entre 1995 e 2002, a dívida externa aumentou 43,9%, passando de US\$ 159,3 bilhões para US\$ 229,2 bilhões.

Políticas monetária e cambial inadequada. A manutenção de altas taxas de juros e do regime de câmbio fixo e sobrevalorizado, no período de 1995 a 1999, conduziu a economia brasileira a conviver com crescentes déficits nas transações correntes e o Estado, com expressivos déficits fiscais. Para financiar o déficit de transações correntes e o déficit público o governo federal pagou taxas de juros exorbitantes, tendo como propósito atrair o fluxo de capital do exterior e vender títulos públicos. Essa política econômica equivocada colaborou para o aumento do endividamento externo e interno do país. Os seus efeitos contribuíram para aumentar a vulnerabilidade da economia brasileira e na necessidade do seu ajuste. O déficit em transações correntes e a relação dívida/exportações romperam o

nível do tolerável, o que obrigou o país a ajustar a balança comercial, de déficit para superávit, para viabilizar o pagamento da dívida em dólares. A redução na entrada de poupança externa, na ordem de 4% do PIB até 1999, que vinha financiando o aumento do consumo privado e público, refletiu na redução do consumo interno e na necessidade de aumentar a poupança interna. A diminuição do consumo interno do país decorreu da redução do consumo privado. Essa redução, por sua vez, afetou o rendimento real dos trabalhadores - que perdeu no período 1999 a 2003 cerca de um quinto de sua renda -, e no aumento dos tributos, que atingiu em 2002 cerca de 36% do PIB.

Explica-se, assim, o processo de ajuste das contas externas brasileiras nos últimos anos, o que vem contribuindo para reduzir a dependência do capital estrangeiro. Estima-se que, a conta de transações correntes em 2003 deverá fechar com um déficit de apenas US\$ 1,2 bilhão, ressaltando que em 2002 esse déficit foi de US\$ 7,7 bilhões. O superávit comercial do país alcançou US\$ 24 em 2003, e estima-se que será de US\$ 16,5 bilhões em 2004 (BCB, 2004).

O crescimento do superávit comercial verificado em 2003 é resultado do fraco desempenho da economia, que inibiu as compras de produtos no exterior, a conquista de novos mercados, as cotações favoráveis do dólar e a recuperação dos preços de vários produtos agrícolas. Por sua vez, o Banco Central estima que o Brasil deverá receber US\$ 13,5 bilhões de investimento estrangeiro direto em 2004. O piso líquido das reservas cambiais – recursos disponíveis pelo BCB para intervir no sistema - deverá fechar em US\$ 16,9 bilhões em 2003.

Dívida líquida do setor pública e crise de confiança. A dívida líquida do setor público consolidado chegou a R\$ 665,286 bilhões em janeiro de 2002 (55,2% do PIB). Em agosto de 2003 essa dívida atingiu R\$ 891,335 bilhões, o equivalente a 57,7% do PIB. A queda da inflação e a redução no crescimento da economia em 2003 são os fatores responsáveis pelo aumento da relação da dívida pública e o PIB. Essa elevada relação entre a dívida pública e o PIB é uma das principais razões para justificar o risco Brasil (se situava próximo de 600 pontos em outubro de 2003). O medo por parte dos investidores internacionais de um *default* (calote) da dívida decorre dessa relação. O patamar do risco-país, em média, tem se mantido cerca de 40% acima dos demais países emergentes.

Existe uma relação entre o elevado patamar da taxa de juros Selic praticada pelo Banco Central do Brasil, que estava em 20% ao ano em outubro de 2003, e o aumento dos gastos com a dívida pública. A taxa de juros Selic (BCB) efetiva, em 2002 – que remunera os títulos públicos em poder do mercado financeiro – estava em 18,45% em junho, passou para 19,17% em dezembro. Em 2003 saltou para 22,6% em julho e para 24,03% em setembro. Essas elevadas taxas de juros explicam porque o país gastou com os encargos da dívida do setor público em 2003, um total de R\$ 145 bilhões. Esse volume de recursos – em termos comparativos - representa quase quatro vezes as despesas programadas com todos os ministérios da área social em 2004, que foram contemplados com R\$ 42,371 bilhões no orçamento da União.

O elevado nível de endividamento público brasileiro tem sido visto com uma crescente preocupação por parte dos investidores estrangeiros e domésticos. Para Truman

(IIE, 2002:11), a economia brasileira “*continua vulnerável. A proporção da dívida pública para o Produto Interno Bruto cresceu de 34% em 1997 para 49% em 1999, mas agora aumentou para 55%, quando estava planejada para estar numa tendência decrescente. Menos de 20% da dívida pública é com o exterior, mas uma proporção semelhante está ancorada ao dólar. A dívida externa total do Brasil, que está em menos de 50% do PIB, é, principalmente uma dívida do setor privado. Entretanto, o total representa mais de 310% das exportações de bens e serviços. Essas proporções colocam o Brasil na zona perigosa de uma dívida insustentável*”.

Por sua vez, o FMI, no seu relatório “*Perspectivas para a Economia Mundial*” (*World Economic Outlook, set. 2003*), alerta que a economia do Brasil ainda se apresenta vulnerável, razão pela qual considera essencial para sustentar a confiança internacional que o país mantenha no curto e no médio prazo um superávit de ao menos 4,25% do PIB (FMI, 2003). O Fundo cita três motivos para a vulnerabilidade: grande necessidade de financiamento externo, queda nos investimentos estrangeiros diretos e os ainda elevados “*spreads*”, ou seja, as sobretaxas que o país tem que pagar para captar recursos.

Essa desconfiança dos analistas em relação à política macroeconômica está relacionada à questão da sustentabilidade da política fiscal do país. Uma alteração no atual regime fiscal poderia provocar uma explosão no endividamento do setor público. Isso tem gerado uma crescente inquietação nos investidores internos e externos. Prevê-se que, o volume de vencimento de títulos públicos programados para 2004 será de US\$ 40,6 bilhões.

4.2 - Perspectivas e riscos da economia brasileira: estagnação econômica, governabilidade e democracia

A redução do Produto Interno Bruto (PIB) e o aumento do desemprego evidenciam que a combinação da política monetária e fiscal adotada pelas autoridades econômicas brasileiras em 2003 foi excessivamente restritiva. O preocupante desempenho da economia brasileira no primeiro ano do governo Luiz Inácio Lula da Silva, traduzidas na queda no Produto Interno Bruto (PIB), na renda *per capita* e pela elevação da taxa de desemprego no país (IBGE, 2004) reforçam a constatação de que não foi levada adequadamente em consideração a estreita conexão que existe entre a política fiscal e a política monetária (Sargent e Wallace, 1981).

É inegável que existe no Brasil uma “*dominância fiscal*”, o que significa dizer que, no enfrentamento de uma forte crise econômica, existe um risco implícito de monetização da dívida ou de moratória. É por isso que os organismos multilaterais, em especial o Fundo Monetário Internacional (FMI), recomendam sistematicamente nas crises, que o governo eleve as taxas de juros e aumente o superávit fiscal, com vista a garantir a credibilidade na capacidade do país de manter sob controle a dívida do setor público que aumenta em decorrência da elevação das taxas de juros.

É oportuno observar que, os resultados obtidos com as reformas estruturais submetidas ao Congresso Nacional – previdência e tributária – sinalizam que a última se frustrou totalmente. Infelizmente para o Brasil, a reforma tributária do governo Lula não

corrigiu a anomalia tributária que o país está atravessando. O federalismo distorcido gerado a partir da Constituição Federal de 1988, criou as condições para que os três entes de governo no Brasil busquem transferir de forma sistemática para a sociedade os seus respectivos problemas de arrecadação.

O governo Fernando Henrique Cardoso, devemos recordar, foi o responsável pela deflagração (especialmente na sua segunda gestão, de 1999 a 2002) do processo de elevação na arrecadação de tributos no Brasil. As receitas tributárias nas três esferas de governo - União, Estados e municípios - em 2001, por exemplo, apresentaram um crescimento real de 5,88% - a arrecadação tributária do país cresceu de R\$ 358,02 bilhões, em 2000 (32,48% do PIB), para R\$ 406,87 bilhões em 2001 (33,84% do PIB). Continuou crescendo em 2002 e 2003, quando se elevou de R\$ 473,84 bilhões (35,86% do PIB), para R\$ 546,97 bilhões (36,68% do PIB). Isso representou um crescimento real de 3,75%.

Taxa de desemprego e distribuição da renda no Brasil. A elevada taxa de desemprego no Brasil registrada pelo IBGE nos últimos anos, que chegou próximo do patamar 13% da população economicamente ativa (PEA) em 2003, reforça a necessidade da retomada do crescimento da economia. Preocupante, também, é a desigualdade existente na sociedade brasileira (Síntese dos Indicadores Sociais 2002, IBGE). A desigualdade perpassa todo o tecido social brasileiro, a começar pela distribuição de renda (o índice de Gini do Brasil situa-se próximo de 0,56, recordando que, quanto mais perto de 1 pior a distribuição de renda do país). No Brasil o contingente de 1% mais rico da população acumula o mesmo volume de rendimento dos 50% mais pobres e os 10% mais ricos ganham 18 vezes mais que os 40% mais pobres. Nesse universo, metade dos trabalhadores do país ganha até dois salários mínimos e metade não contribui para a Previdência Social, pois vive na informalidade. Esses dados explicam, em parte, porque o Brasil - entre 17 países da América Latina -, é o país em que o apoio à democracia se mostra mais débil: apenas 37% dos pesquisados dizem que a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo (Pesquisa do Latinobarómetro, 2003).

O consumo e o rendimento médio real do brasileiro vem caindo de forma acentuada nos últimos anos (IBGE, 2004). A forma de inserção do país no processo de globalização econômica, através de políticas de liberação cambial, comercial, financeira e produtiva, portanto, está contribuindo para o agravamento da vulnerabilidade externa e criando uma trajetória de instabilidade e crise no país (Matias-Pereira, 2003b). Existe quase um consenso entre os economistas brasileiros, especialmente entre os desenvolvimentistas, como por exemplo, Coutinho (2002), sobre a necessidade da redução da vulnerabilidade externa do país. Recomendam que a sustentabilidade da economia brasileira deveria ser buscada por meio da implementação de políticas de promoção comercial e políticas setoriais de desenvolvimento competitivo, apoiado por uma taxa de juros de longo prazo (TJLP) internacionalmente isonômica.

Carga tributária, poupança e crescimento. Uma das recomendações mais conhecidas para aumentar o crescimento econômico é aumentar a taxa de poupança (Solow, 1988). Os indicadores recentes da economia brasileira evidenciam que os recursos retirados da iniciativa privada, por meio da carga tributária, somado ao déficit nominal (na casa dos 4% a 5% do PIB), estão afetando de forma preocupante o funcionamento da economia, onde

de cada valor agregado pelo setor produtivo cerca de 40% é absorvido pelo governo (IBGE, 2004). Assim, a renda nacional está sendo apropriada pelo Estado brasileiro, que a devolve de maneira inadequada para a sociedade (Matias-Pereira, 2003a).

A elevada carga tributária somada à elevada proporção apropriada como juros reduz significativamente os salários e lucros. Com a diminuição do fluxo de salários, a parcela que se transforma em demanda é conseqüentemente reduzida. A queda no lucro provocada pelos impostos e juros reflete na taxa de retorno, que também se reduz, o que explica o baixo nível de desempenho da indústria brasileira no ano passado (IBGE, 2004).

Política fiscal equivocada. A decisão do governo – traduzida na atual política fiscal - de não fazer cortes no seu consumo corrente, preferindo reduzir os investimentos, não se coadunam com a retórica do discurso governamental de promover a retomada do crescimento da economia de forma sustentada a partir de 2004. Organizar as finanças públicas do país, por meio de uma política fiscal adequada aos interesses da sociedade passa de maneira obrigatória pela redução no consumo corrente e a eliminação do déficit nominal. Esta é a alternativa mais recomendável para o Estado voltar a investir com recursos próprios.

Frente a essa realidade, é perceptível que, o governo federal não pode continuar com essa política fiscal equivocada - convivendo com o desequilíbrio fiscal por meio da elevação da carga tributária ou de mais endividamento -. A opção de transformar em consumo corrente, indefinidamente, uma proporção tão elevada da poupança do setor privado, que deveria estar sendo investida em formação de capital, programas sociais, educação, saúde pública, e em infra-estrutura, tende a conduzir a economia, no médio prazo, a um impasse.

Por sua vez, a confirmação da queda da economia brasileira em 2003 - 0,2% do Produto Interno Bruto (PIB), e de 1,5% no PIB *per capita* -, revelam para a sociedade brasileira a face cruel das decisões equivocadas da política monetária, em particular na definição das taxas de juros básicos (taxa Selic), que foram adotadas no âmbito do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil (BCB) em 2003.

Desempenho recente da economia brasileira. Os baixos resultados da economia brasileira nos últimos anos já eram esperados, visto que a combinação de juros altos, falta de crédito e preços elevados se apresenta como uma mistura explosiva e de efeitos perversos na economia de qualquer país (Matias-Pereira, 2001a). O custo fiscal provocado pelas taxas de juros elevadas vem impedindo a redução na relação da dívida pública e o PIB. A taxa média real de juros em 2003 situou-se no preocupante patamar de 10% ao ano. É quase desnecessário dizer que, num cenário de incertezas que ora atravessa o país, agravadas pela instabilidade econômica e política no mundo, os empresários tenderão a reduzir os investimentos – que repercutem negativamente no crescimento do país – enquanto tiverem a possibilidade de obterem rendimentos mais elevados e seguros no mercado financeiro. As estimativas governamentais de que o PIB crescerá 3,5% em 2004, mantendo a inflação dentro da meta de 5,5% no ano, conforme acordada com o Fundo Monetário Internacional, não são animadoras, visto que esta performance do PIB ainda será bastante modesta dada a base deprimida de 2003 sobre a qual ele irá apoiar-se. Nesse

sentido, se o preço para atingir a ambiciosa meta de inflação estabelecida para o ano em curso for à manutenção dos elevados níveis de desemprego, torna-se recomendável a sua revisão para cima nos próximos anos.

Sabemos que os agentes econômicos – famílias, empresas e governo – ao tomar decisões intertemporais geralmente não possuem certeza quanto ao futuro, visto que a situação exata da economia no futuro é sempre uma incógnita (Sachs e Larrain,1995). Isso explica porque as famílias e as empresas precisam formular algumas expectativas com relação ao futuro para adotar a maioria das decisões intertemporais.

Assim, levando-se em considerando a estreita relação que existe entre a recuperação do PIB, o aumento da renda e do consumo, torna-se perceptível que, as decisões das autoridades econômicas que serão adotadas nas próximas reuniões do Comitê de Política Monetária (COPOM/BCB) – que irão repercutir ao longo de 2004, 2005 e 2006 -, balizarão para o segmento empresarial se haverá ou não uma retomada sustentada do crescimento econômico. A revisão da meta de inflação e a redução dos juros, além de outras medidas orientadas para gerar confiança nos investidores, são essenciais para estimular à retomada do crescimento. Dessas medidas dependerá a viabilização do “*espetáculo do crescimento*” prometido pelo candidato Luiz Inácio Lula da Silva.

A alteração desse quadro, entretanto, exige uma postura mais ousada do Banco Central do Brasil na condução da política monetária. Esta ousadia, com responsabilidade – respaldada por uma inflação sob controle, uma economia estagnada e uma elevada taxa de desemprego - deve ser explicitada por meio de uma aceleração nas quedas das taxas de juros. Utilizando o referencial das taxas de juros praticadas em diversos países emergentes, com um perfil semelhante ao do Brasil, fica evidenciado que a taxa de juros do país necessita ser reduzida em cerca de 4 pontos percentuais nos próximos meses. Os possíveis efeitos negativos sobre a meta de inflação para 2004, serão amplamente compensados, em nível das *finanças públicas*, especialmente no que se refere à redução dos elevados custos de financiamento da dívida do setor público (União, Estados, municípios e suas estatais), que atingiu R\$ 913,145 bilhões ou 58,2% do PIB em 2003 (BCB, 2004). Assim, a retomada do crescimento depende da redução das taxas de juros Selic, do patamar de 16% ao ano para 12% ao ano. Isso deslocaria o Brasil da incômoda liderança do ranking mundial de juros reais, de 10% ao ano - resultante da taxa de 4,5% paga pelos títulos de dez anos do Tesouro norte-americano mais os custos do risco-país -, para cerca de 7% ao ano, quase no mesmo nível de países como Israel, Hungria, Turquia e África do Sul.

O elevado nível de endividamento do Brasil, assim, tenderá a continuar absorvendo nos próximos anos uma parcela significativa do crescimento do país. Os decisores econômicos nacionais e estrangeiros argumentam que essa política de disciplina fiscal está sendo fundamental para que o país mantenha a sua credibilidade junto ao sistema financeiro internacional. Para esses atores essa política foi essencial para viabilizar o empréstimo do FMI ao Brasil no valor de US\$ 30,4 bilhões, em agosto de 2002, e de abrir o caminho para novos acordos com o Fundo. A decisão do governo Lula de não alterar o curso dessa política econômica restritiva, na fase inicial de sua gestão, tem levado uma parcela significativa de economistas a alertar sobre os seus efeitos negativos para a sociedade brasileira.

Fica evidenciado, portanto, com base nos indicadores analisados, que a economia brasileira derrapou num preocupante equilíbrio com queda no crescimento do PIB em 2003. A dívida do setor público, as elevadas taxas de juros e uma excessiva carga tributária foram as principais responsáveis pelo desempenho frustrante da economia. Essa política econômica inadequada, que ainda permanece orientada apenas para estabilidade, ou seja, controle da inflação, contribuiu decisivamente para a elevação da taxa de desemprego para 12,5% da população economicamente ativa (PEA) e de uma queda de 12,9% na renda média do trabalhador brasileiro em 2003.

Essas perspectivas desfavoráveis trazem de volta a discussão sobre a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento econômico para o Brasil (Furtado, 2002), considerando que o país necessita ter um crescimento do seu Produto Interno Bruto (PIB) acima de 6% ao ano (Dias Leite, 1999), para resolver os sérios problemas socioeconômicos da população, e dessa forma garantir a eficácia e legitimidade do sistema político.

Diante deste contexto, podemos concluir que, a retomada do crescimento econômico sustentado no Brasil, sem o qual não será possível reduzir o desemprego, a informalidade e as desigualdades sociais, exige mudanças criativas na atual política econômica, especialmente nas políticas fiscal e monetária. A manutenção da atual política econômica - que privilegia excessivamente o capital financeiro -, consolida o atual quadro estagnação, que será agravado por freqüentes crises financeiras e de risco à governabilidade. Os seus efeitos tenderão a refletir e representar uma ameaça à democracia do Brasil, em médio prazo.

Conclusões

Buscamos estudar neste artigo a relação que existe entre as políticas de corte neoliberal, o desequilíbrio macroeconômico e as crises nas economias do Brasil e da Argentina, e seus efeitos sociais e políticos. Para atingir esse propósito nos baseamos principalmente nas três variáveis clássicas de rendimento econômico: crescimento, desemprego e inflação. Os resultados dessas reflexões nos permitiram chegar as seguintes conclusões:

Primeira: a abertura dos mercados e a liberdade dos fluxos de capitais prejudicaram significativamente as economias do Brasil e da Argentina. A adesão incondicional as políticas de cunho neoliberal recomendadas pelo FMI, baseadas no Consenso de Washington, contribuíram para o agravamento da vulnerabilidade econômica do Brasil – que elevou o seu nível de endividamento público interno e gerou um imenso passivo externo líquido -, e em relação à Argentina, propiciou a criação das condições que conduziram aquele país para uma trajetória de instabilidade e crise nas suas finanças públicas, e finalmente ao colapso econômico, social e político, no final de 2001.

Segunda: as evidências disponíveis nos cenários internos e externo indicam que a recuperação da atividade econômica no Brasil, e especialmente no caso da Argentina, não poderá ser alcançada apenas com medidas de redução dos gastos públicos, controle da inflação e esforços para convencer os mercados financeiros de que os problemas daqueles

países estão solucionados. A adoção das políticas de austeridade recomendadas pelo FMI, de um lado, e a necessidade de promover o crescimento real da renda *per capita*, a melhoria na distribuição da renda e a redução dos níveis de desemprego e da pobreza de uma parcela significativa da população Argentina e do Brasil, de outro lado, são medidas incompatíveis.

Terceira: a preocupante situação político-econômica e social da Argentina indica que aquele país necessita se concentrar na retomada do crescimento econômico em vez de tentar recuperar a confiança dos mercados financeiros. É perceptível, entretanto, que a retomada do crescimento econômico não será possível sem a ajuda da comunidade internacional, visto que apresenta uma enorme necessidade de financiamento externo, queda nos investimentos estrangeiros diretos e pagamento de elevadas taxas de juros para captar recursos.

Quarta: ficou moderadamente evidenciado que, o colapso da economia Argentina e a desestabilização macroeconômica do Brasil - com crescimento econômico inadequado, elevação do desemprego, elevação da dívida interna e do passivo externo líquido - é resultado, sobretudo, da acumulação um grande número de problemas não resolvidos e da persistente aplicação de políticas internas e externas, de curto e médios prazo, improvisadas, inconsistentes e contraditórias, pelos mais importantes atores políticos, econômicos e financeiros, sejam oficiais ou privados. A análise dos indicadores sócio-econômicos e políticos da Argentina indica que aquele país ainda apresenta elevado risco de sofrer uma crise de governabilidade. Em relação ao Brasil, considerando os indicadores que medem a vulnerabilidade externa - dependência de fluxo de capital externo para financiar o seu déficit na balança de pagamentos e para a rolagem da dívida externa -, se pode afirmar que o país apresenta um moderado risco de sofrer uma crise de governabilidade nos próximos anos.

Por fim, apoiado nas evidências assinaladas nos casos do Brasil e da Argentina, argumentamos que, para reverter à tendência de instabilidade econômica, política e social na América Latina, se requer uma nova ordem mundial. Para atingir esse objetivo é preciso que a comunidade internacional, notadamente os países do G-7 (em especial o governo dos EUA) e os organismos multilaterais, como o FMI e o Banco Mundial, se proponham a apoiar a criação de um modelo de desenvolvimento mundial alternativo capaz de ocupar o vácuo econômico e político deixado pelo esgotamento do modelo neoliberal.

Notas

ⁱ Governabilidade deve ser entendida como a situação em que concorre um conjunto de condições favoráveis para a ação de governo. Ingovernabilidade refere-se a uma situação disfuncional que dificulta a atividade e a capacidade governamental (Matias Pereira, 2001: 10-12).

ⁱⁱ Karl Otto Hondrich. (1974). *Desarrollo económico, conflictos sociales y libertades políticas*, Editora Euroamerica, Madrid, p. 201.

ⁱⁱⁱ Ministério da Economia da Argentina.(2002), *Indicadores da Economia Argentina*, 1990-2001, Indec, Buenos Aires. Os dados sobre a trajetória da dívida externa da Argentina mostram que ela quase dobrou entre 1994 e 1998. Isso refletiu no peso do serviço da dívida (principal e juros como porcentagem das exportações totais), que saltou de 25,4% para 58,2% no mesmo período. A dívida pública total do país, no valor de US\$ 151 bilhões (dos quais cerca de US\$ 95 bilhões estão concentrados em bônus), representa cerca de 54% do Produto Interno Bruto (PIB). Registre-se que os bônus argentinos respondem por cerca de 23% de todos os bônus emitidos nos mercados emergentes.

^{iv} Anne Kruger. (2001), “*International financial architecture for 2002: A new approach to sovereign debit restructuring*”, American Enterprise Institute, Washington, D.C. (26 nov.).

^v Celso Furtado. (1999), *El capitalismo global*, Fondo de Cultura Económica, México, pp. 92-99; e, (2002), *Em busca de novo modelo: Reflexões sobre a crise contemporânea*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, pp. 35-38.

Bibliografia

Alcántara Sáez, Manuel. (1995), *Gobernabilidad, crisis y cambio. Elementos para el estudio de la gobernabilidad de los sistemas políticos en épocas de crisis y cambio*, Fondo de Cultura Económica, México.

Alesina, Alberto, y Roberto Perroti. (1997), “*El ajuste fiscal en los países de la OCDE: Composición y efectos macroeconómicos*”, FMI, Washington, D.C.

Almeida, Paulo Roberto de (1999). *O estudo das relações internacionais do Brasil*, Editora Unimarco, São Paulo.

Almond, Gabriel A. (1998), “*Democracia y cultura cívica*”, en Rafael del Aguila, Fernando Vallespín y otros, *La democracia en sus textos*, Alianza Editorial, Madrid, pp. 348-373.

_____, y Sidney Verba. (1963), *The civic culture. Political attitudes and democracy in five nations*, Princeton University Press, Princeton. (trad. esp.: Almond y Verba (1970). *La cultura cívica*, Euramérica, Madrid).

Arbós, Xavier, y Salvador Giner. (1993), *La gobernabilidad, ciudadanía y democracia en la encrucijada mundial*, Madrid, Siglo XXI.

Archibugi, D., y D. Held (eds.). (1995), *Cosmopolitan democracy. An agenda for a new world order*, Polity Press, Cambridge.

Banco Interamericano de Desarrollo. (2001), *Progreso económico y social en América Latina*, BID, Washington, D.C.

Banco Interamericano de Desarrollo (BID). (1998-1999), *América Latina frente a la desigualdad. Informe de progreso económico y social en América Latina*, BID, Washington – D.C.

_____. (2000), *El desarrollo allá de la economía. Informe del progreso económico y social en América Latina*, BID, Washington, D.C.

_____, y, PNUD, *Reforma social y pobreza, hacia una agenda integrada de desarrollo*, BID, Washington, D.C., 1993.

Banco Mundial (BIRD) (2000), “*New paths to social development: Community and global networks in action*”, anais da *Cumbre mundial sobre desarrollo social*, Ginebra, de 26 a 30 de junho.

_____. (2000), *Country Assistance Strategy of the World Bank Group for the Federative Republic of Brazil (CAS)*, The World Bank Group, Washington, D.C.

_____. (1993), *Governance: The World Bank’s experience*, BIRD, Washington, D.C.

_____. (1992), *Governance and development*, BIRD, Washington, D.C.

Bielschowsky, Ricardo (org.). (2000), *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*, dois volumes, Editora Record, Cofecon y CEPAL, Rio de Janeiro.

BIS (Banco para Compensações Internacionais). (2002), *Relatório sobre a economia mundial*, BIS, Basileia, jul.

Bobbio, N. (1977), *Estado, governo e sociedade; por uma teoria geral da política*, 6ª edición, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro.

_____. (2000), *Teoria geral da política*, Editora Campus, Rio de Janeiro.

Brasil. (2002), *Presidência da República do, 8 anos do Real*, PR, Brasília, julho.

<http://www.presidencia.gov.br>

- _____. (2001a), *Agenda de governo – Biênio 2001-2002*, PR, Brasília.
- _____. (2001b), Presidência da República do, *Mensagem ao Congresso Nacional*, PR, Brasília.
- _____. (2004), Banco Central do, *Indicadores econômicos 1998, 1999, 2000, 2001, 2002 e 2003*, BCB/DEPEC, Brasília.
- _____. (2000), IBGE, *Pesquisa nacional por amostra de domicílios (PNAD) de 1999*, Síntese de indicadores, IBGE, Rio de Janeiro.
- _____. (2004), IBGE, *Anuário estatístico do Brasil, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, e, 2003*, IBGE, Rio de Janeiro.
- _____. (2000), IBGE, *Censo demográfico do Brasil 2000: Resultados preliminares*, IBGE, Rio de Janeiro.
- _____. (1998), Ministério da Fazenda do, *Acordo stand-by do Brasil com o FMI, 1998*, aprovado pela Diretoria Executiva do FMI, 02 dez. <http://www.fazenda.gov.br>.
- _____. (2001), Ministério da Fazenda do, *Memorando de política econômica (MPE)*, Sétima avaliação, Brasília, 28 mar.
- Buarque, Cristovam. (1998), *O colapso da modernidade brasileira e uma proposta alternativa*, 5ª ed., Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- _____. (1998), *Modernidade com ética*, Editora Revan, Rio de Janeiro.
- _____. (2000), *Revolução nas prioridades*, Editora Paz e Terra, São Paulo.
- _____. (2001), “Crise de idéias”, artigo, *Correio Braziliense*, 23 dez., p. 16.
- Caballero, Ricardo e Rudiger Dornbusch. (2002), “Argentina merecia a intervenção”, artigo, *Financial Times*, 08 mar. 2002, republicado pela *Folha de São Paulo*, 10 mar., p. B-10.
- Camdessus, Michel. (1998), *Is the Asian Crisis over?*, FMI, The National Press Club, Washington – D.C., 2 abr.
- _____. (1999), *From crisis to a new recovery*, FMI, Washington, D.C., 24 sept. <http://www.imf.org>.
- Calomiris, Charles. (2001), “Argentina: Dolarização ou desvalorização do peso?”, entrevista, *Correio Braziliense*, 27 dez., p.12.
- Cardoso, Fernando Henrique, y E. Faletto. (1970), *Dependencia y desarrollo en América Latina*, Zahar Editores, Río de Janeiro.
- CEPAL. (2001), *Anuario de Estadísticas de América Latina*, CEPAL, Santiago.
- _____. (1998), *América Latina y el Caribe: políticas para mejorar la inserción en la economía mundial*, 2ª edición, CEPAL-Fondo de Cultura Económica, Santiago.
- _____. (2000), *La CEPAL en su 50 años – Notas de un seminario conmemorativo*, CEPAL/Eclad, Santiago.
- Chossudovsky, Michel. (1997), *The globalization of poverty: The impacts of IMF and World Bank reforms*, The Third World Network, Penang, Malaysia.
- Coppedge, Michael. (1995), “Instituciones y gobernabilidad democrática en América Latina”, en *Consolidación democrática, gobernabilidad y transformación socioeconómica en América Latina*, *Síntesis*, N°. 22, pp. 61-88.
- Cotarelo, Ramon. (1996), *Los partidos políticos*, Editorial Sistema, Madrid.
- Crozier, Michel, S. P. Huntington, J. Watanuki. (1975), *The crisis of democracy, Report on the governability of democracies to the Trilateral Commission*, New York University Press, New York.

-
- Dahl, Robert A. (1998), “Democracia y pluralismo”, Rafael del Águila, Fernando Vallespín y otros, *La democracia en sus textos*, Alianza Editorial, Madrid, pp. 395-412.
- Deutsch, Karl. (1983), *Política e governo*, Editora Universidade de Brasília, Brasília.
- Diamond, Larry. (1992), “Economic development and democracy reconsidered”, en Gary Marks y Larry Diamond (eds.), *Reexamining democracy. Essays in honor of Seymour Martin Lipset*, Sage, Newbury Park, pp. 93-139.
- Dias Leite, Antonio. (1999), *Crescimento econômico*, José Olympio Editora, Rio de Janeiro.
- Diniz, Eli. (2000), *Globalização, reformas econômicas e elites empresariais*, Editora da FGV, Rio de Janeiro.
- Easton, David. (1969), *Enfoques sobre teoría política*, Amorrortu Editores, Buenos Aires.
- Evans, Peter. (1989), “Predatory, developmental and other apparatuses: A comparative political economy perspective on the third world State”, *Sociological Forum*, vol. 4, n° 4.
- _____. (1992), “The state as problem and solution: Predation, imbibed autonomy, and structural change”, en S. Haggard y R.R. Kaufman, *The politics of economic adjustment: international constraints, distributive conflicts, and the state*, Princeton University Press, Princeton.
- Dornbusch, Rudiger. (2002), “A Argentina à beira do precipício”, *Valor Econômico*, 8 jan., p. A11.
- Ferrer, Aldo. (1996), *Historia de la globalización*, Fondo de Cultura Económica, Buenos Aires.
- Ffrench-Davis, Ricardo. (1999), *Macroeconomía, comercio y finanzas: Para reformar las reformas en América Latina*, Cepal/McGraw-Hill Interamericana, Santiago.
- _____, y S. Griffith-Jones. (1998), *Os fluxos financeiros na América Latina: Um desafio ao progresso*, Paz e Terra, São Paulo.
- _____, y Helmut Reisen (eds.). (1998), *Flujos de capital e inversión productiva: Lecciones para América Latina*, McGraw Hill-CEPAL-OCDE, Santiago.
- Fiori, José Luis. (1995), *O vôo da coruja*, Editora UERJ, Rio de Janeiro.
- _____. (2001), *2001: O Brasil no espaço*, Editora Vozes, Petrópolis.
- Fundo Monetário Internacional. (2000), *Políticas financieras del FMI*, Washington, D.C.
- _____. (2001), *Government Finance Statistics*, FMI, Washington, D.C.
- _____. (2001), *Perspectivas da economia mundial – A economia global depois de 11 de setembro*, FMI, Washington, D.C., dezembro.
- _____. (2003), *Perspectivas para a economia mundial*, Dubai, FMI, Washington, D.C.
- _____/IOE . (2003), *Relatório sobre as crises cambiais da Indonésia, Coréia do Sul e Brasil*, Independent Evaluation Office (IEO)/FMI, Washington, D.C., agosto.
- <http://www.imf.org/external/np/ieo/2003/cac/index.htm>. Pesquisa feita em 12.08.2003.
- Fraga, Arminio e Daniel Gleizer. (2001), “*Constrained direction and collective action problems: Reflections on the resolution of international financial crises*”, Banco Central do Brasil, Brasília, novembro.
- Furtado, Celso. (2002), *Em busca de novo modelo: Reflexões sobre a crise contemporânea*, 2ª edição, Paz e Terra, São Paulo.
- _____. (1999a), *El capitalismo global*, Fondo de Cultura Económica, México.
- _____. (1999b), *O longo amanhecer: Reflexões sobre a formação do Brasil*, Editora Paz e Terra, São Paulo.
- _____. (1999c), *Globalização e desnacionalização*, Editora Paz e Terra, São Paulo.

-
- _____. (1984), *Formação econômica do Brasil*, 19ª ed., Cia. Editora Nacional, São Paulo.
- _____. (1974), *Teoría y política del desarrollo económico*, 5ª edición, Siglo XXI, México.
- Gonçalves, Reinaldo. (2000), *O Brasil e o contexto internacional: Transformações e perspectivas*, Editora Contexto, São Paulo.
- Gramsci, Antonio. (1971), *La política y el Estado moderno*, Ediciones Península, Barcelona.
- Habermas, Jürgen. (1998), *Más allá del Estado nacional*, 2ª edición, Editorial Trotta, Madrid.
- Held, David. (1998), “Democracia y el nuevo orden internacional”, en Rafael del Águila, Fernando
- Vallespín y otros, *La democracia en sus textos*, Alianza Editorial, Madrid, pp. 503-520.
- _____. (2002), A globalização depois do 11 de setembro, artigo, *Correio Braziliense*, 11.jul., pp. 5.
- Henriques, Ricardo (org). (1996), *Desigualdade e pobreza no Brasil*, IPEA, Brasília, 2001.
- Hirschman, Albert O., *Exit, voice, and loyalty*, Harvard University Press, Cambridge, 1970.
- Hirst, Paul, y Grahame F. Thomson, *Globalization in question: The international economy and the possibilities of governance*, Polity Press, Cambridge.
- Hondrich, Karl Otto.(1974), *Desarrollo económico, conflictos sociales y libertades políticas*, Editora Euroamerica, Madrid.
- Kruger, Anne. (2001), “*International financial architecture for 2002: A new approach to sovereign debt restructuring*”, *American Enterprise Institute*, Washington, D.C., 26 nov.
- Krugman, Paul. (2001), “Cruz de dólares”, *O Globo* (Economía), 8 nov., p. 36.
- _____, y Alfred Stephan.(1978), *The breakdown of democratic regimes*. John Hopkins University Press, Baltimore.
- _____, Seymour M. Lipset y Amy B. Pool. (1999), “Condiciones sociales para la democracia en América Latina – Análisis de la encuesta de Latino Barómetro”, en PNUD, *Gobernabilidad y desarrollo democrático en América Latina*, PNUD.
- Latinobarómetro. (2003), *Condiciones sociales para la democracia en América Latina – Análisis de la encuesta de Latino Barómetro*, Latinobarómetro/PNUD, Santiago.
- Lindenboim, Javier. (2001), “Algo que termina ou que começa?”, *Jornal do Brasil*, 22 dez., p. 8.
- Lipset, Seymour Martin. (1987), *El hombre político. Las bases sociales de la política*, Tecnos, Madrid.
- Magalhães, João Paulo de Almeida. (2000), *Estratégia de longo prazo para o Brasil*, Editora Papel & Virtual e Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro.
- Matias-Pereira, José. (2001a), *Políticas de Austeridad y Gobernabilidad: El caso de la aplicación del programa de ajuste estructural y de estabilización del FMI en el Brasil*, Instituto Universitario Ortega y Gasset / Universidad Complutense de Madrid, Madrid.
- _____. (2001b), “O desfecho da crise política e econômica Argentina e seus reflexos na América Latina”, *Política Brasileira Online*, núm. 10, Brasília, 6 nov., pp. 1-6.
- _____. (2003a), *Finanças Públicas: A política orçamentária no Brasil*, 2ª edição, Editora Atlas, São Paulo.
- _____. (2003b), *Economia Brasileira*, Editora Atlas, São Paulo.
- Mussa, Michael. (2002), *Perspectivas para a economia global*, Instituto de Economía Internacional (IIE), Washington, D.C. <http://www.iif.org>

-
- Meltzer, Allan. (2001), “Desfecho da crise Argentina é vitória de Bush”, entrevista, *Folha de São Paulo*, 26 dez., p. A 11.
- North, Douglas. (1981), *Structure and Change in Economic History*, W.W. Norton Company, New York.
- OCDE. (2001), *Economic Outlook*, OCDE, Paris.
- Prasad, Eswar and Rogoff, Kenneth. (2003). *The effects of financial globalization on developing countries: Some empirical evidence*, FMI, Washington, DC. www.imf.org/research
- Pochmann, Márcio. (2001), “O futuro da insensatez latino-americana”, *UnB revista*, núm. 4, out/nov/dez, pp. 32-37.
- United Nations Development Programme (UNDP). *Human Development Report 2003: Millennium Development Goals: A compact among nations to end human poverty*, New York, Oxford University Press for de UNDP, New York, 2003.
- _____, PNUD, *Informes sobre el desarrollo humano en el Brasil 1996-2002*, PNUD-IPEA, Brasília, 2003.
- Przeworski, Adam, Fernando Limongi, José A. Cheibub e Michael E. Alvarez, *Democracy and development*, Cambridge University Press, Cambridge, 2001.
- Sachs, Jeffrey D. e Larrain, Felipe. (1995), *Macroeconomia*, Makron Books, São Paulo.
- Sargent, Thomas J. e Wallace, Neil. (1981), “Some Unpleasant Monetarist Arithmetic”, <http://research.mpls.frb.fed.us/research/qr/qr531.html>
- Sen, Amartya. (2000), *Desenvolvimento como liberdade*, Editora Cia. das Letras, São Paulo.
- Solow, Robert M. (1988), *Growth Theory: An Exposition*, Oxford University Press, New York e Oxford.
- Stiglitz, Joseph E. (1988), *La economía del sector público*, Antoni Bosch, Barcelona.
- _____. (2001), “Intervenção governamental nos mercados financeiros: Políticas de crédito direcionado nos anos 90 e lições para a América Latina”, anais do *Workshop Internacional – As agências de fomento e o novo cenário econômico brasileiro*, ABDE, Rio de Janeiro, maio.
- _____. (2002a), *La grande désillusion. Les échecs de la mondialisation*, Ed. Fayard, Paris.
- _____. (2002b), *Globalization and its discontents*, W.W. Norton & Co., New York.
- _____. (2002c), “A Argentina está se recuperando”, *Valor Econômico*, 11 set., p. A13.
- _____. (2003), *Os exuberantes anos 90 – uma nova interpretação da década mais próspera da história*, Cia da Letras, São Paulo.
- Tomassini, Luciano. (1993), *Estado, gobernabilidad y desarrollo*, Banco Interamericano de Desarrollo (BID), Washington, D.C., Serie de Monografías 9.
- Truman, Edwin. (2002), “O Brasil precisa de ajuda”, artigo, *Valor Econômico*, 1.jul., p. A11.
- UNCTAD. (2001), *Trade and development report*, UN, Geneve.
- Williamson, John (IIE). (2002), “As reformas econômicas e o Consenso de Washington”, anais do *Seminário Mudanças Políticas e Econômicas no Brasil e na América Latina: Balanço e perspectivas (1990-2002)*, UnB/IBRI/WWICS, Brasília, DF, 23 jul.
- Wionczek, Miguel S. (1987), “El vuelo y la caída de la economía mundial”, em Miguel Wionczek (org.), *La crisis de la deuda externa en la América Latina*, Fondo de Cultura Económica, México, Lecturas núm. 59, pp. 303-316.
- World Bank. (2001), *Global economic prospects*, BIRD, Washington, D.C.

World Bank. (2003), World Development Report: Making services work for poor people, Dubai, BIRD, Washington, D.C.